



PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA/AC
Raz: Avenida Governador Edmundo Pinto, nº. 810 – Centro
Fone/Fax: (68) 3235-1172
CEP: 69.945-970 – Acrelândia - Estado do Acre
CNPJ: 84.306.737/0001-27
Email: cplacrelandia@gmail.com



CONTRATO Nº 149/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2024 – SEMAF/PMA

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
ACRELÂNDIA/AC E A EMPRESA
META TECNOLOGIA
TRIBUTARIA EIRELI NA FORMA
QUE SEGUE:**

O MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA/AC, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Av. Governador Edmundo Pinto – 810 – Centro – 69.945.970 – Acrelândia-AC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 84.306.737/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **OLAVO FRANCELINO DE REZENDE**, doravante designado **CONTRATANTE**.

A empresa **META TECNOLOGIA TRIBUTARIA EIRELI**, inscrita no **CNPJ: 01.995.108.0001-24**, Inscrição Estadual nº **47506603**, com sede na Avenida Portugal, nº 1.148, Qd. 29 Lt. IE, Sala B 3404 Edifício Orion Business - Setor Marista Goiânia – Goiás CEP: 74.150-030, Avenida Portugal, nº 1.148, Qd. 29 Lt. IE, Sala B 3404 Edifício Orion Business - Setor Marista Goiânia – Goiás CEP: 74.150-030, E-mail: comercial@metatributaria.com.br, neste ato representada pela Proprietária Administrativa **DJULLY STEFFANNY FERREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº **6515228**, inscrita no CPF nº 022.367.971-25, brasileira, solteira, empresaria, com endereço na Rua Humita, Ap. Ecovilágio, Torre 01, Ap 1701, Bairro São Francisco, CEP: 74.455-227, Goiânia/GO, Telefone: (62) 9.9904-0455, doravante denominado doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

FUNDAMENTO: Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade - **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2024** regido pela Lei 14.133/21 e ao Lei Municipal 864/2023, homologado pelo Gestor no diário oficial do estado no dia 08 de novembro de 2024, Edição nº 13.900 Fls 143, que é parte integrante do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. O Objeto deste contrato é a **contratação de empresa especializada em auditoria no faturamento e recuperação de crédito de INSS REGIME GERAL**, das contas de Energia Elétrica, ISS de Empresas Optantes do Simples Nacional e outras, visando atender as demandas da **Secretaria Municipal de Administração e Finanças-SEMAF**.

1.2 A **CONTRATANTE** fornecerá à **CONTRATADA** os documentos e meios necessários à comprovação do pretendido direito, dos últimos 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA.

À **CONTRATADA** cabe assumir, integralmente, por todos os custos necessários, inclusive trabalhistas e previdenciários, tais como salários, impostos, seguros, indenizações e todos os outros dispêndios ocasionados pelo eventual vínculo empregatício por ela mantido com seus funcionários e demais contratados seus, que tomem parte no cumprimento das obrigações contratuais que cabem à **CONTRATADA**, para a realização dos levantamentos, bem como elaborar e apresentar relatórios dos itens geradores dos benefícios e/ou economias fiscais, acompanhados dos seus respectivos embasamentos legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES.

A **CONTRATADA** responsabiliza-se pela defesa dos créditos utilizados; a qual será realizada em todas as instâncias, sejam administrativas e/ou judiciais, até decisão definitiva, acompanhando inclusive eventual autuação fiscal que possa ocorrer.

§ 1º: O trabalho contratado é desenvolvido com base na documentação fornecida pela **CONTRATANTE**, conforme Parágrafo Único da Cláusula 1ª, sendo esta responsável pela sua integridade, credibilidade e veracidade em caso de qualquer questionamento.

§ 2º: Se os créditos forem aproveitados fora dos padrões e orientações da **CONTRATADA**, ou forem identificadas incorreções na documentação utilizada como base para o desenvolvimento do presente trabalho e comprometam a quantificação dos resultados, a **CONTRATANTE** se responsabilizará integralmente pela sua própria defesa e danos decorrentes.

CLÁUSULA QUARTA.

Avenida Governador Edmundo Pinto – 810 – Centro – 69.945.970 – Acrelândia-Acre,
Fone: 68. 3235-1173 – Email: cplacrelandia@gmail.com



Fica pactuado que, após a autorização dos trabalhos a CONTRATANTE estará obrigada a realizar as demais compensações dos créditos objeto deste contrato exclusivamente com a CONTRATADA até o esgotamento dos referidos créditos, independentemente de hipóteses do próprio Poder Judiciário, em instância superior e final, reconhecer erga omnes (a favor de todos) o crédito levantado ou quando houver edição de lei (ou outro instrumento legal) que também faça idêntico reconhecimento do crédito.

§ 1º - No ato da assinatura do contrato e autorização dos trabalhos a CONTRATANTE fica ciente que, sendo requerida, deverá fornecer à CONTRATADA procuração física com fins específicos para solicitação de documentos junto à Receita Federal do Brasil (anexo) e também procuração via certificação digital (e-CNPJ) em até 05 (cinco) dias para acesso irrestrito a todas as declarações disponíveis através do sistema da RFB, com poderes somente de leitura, vigente pelos próximos 60 (sessenta) meses.

§ 2º - Caso a CONTRATANTE descumpra a condicionante prevista no caput desta cláusula, deverá arcar com os honorários integrais sobre o valor dos créditos residuais autorizados e por ventura não compensados previstos na Cláusula Quarta deste instrumento, sujeita à negativação, protesto, execução judicial imediata, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo índice oficial (IGPM-FGV) em caso de inadimplência.

ITEM	QT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	Percentual de Desconto Estimado/ Taxa Adm
01	1	Sv	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUDITORIA NO FATURAMENTO DAS CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA, COM OLEVANTAMENTO DE DADOS, VERIFICAÇÃO DAS TARIFAS APLICADAS A CADA UNIDADE CONSUMIDORA DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA/AC, DENTRO DO PERÍODO DE PRESCRIÇÃO, FORMATAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS PARACÁLCULOS PERICIAIS, ANÁLISE ECONÔMICA, NA FISCALIZAÇÃO DAMANUTENÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA JUNTO À CONCESSIONÁRIA.	R\$ 269.203,20	19%
02	1	sv	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AUDITORIA CONTÁBIL RECUPERAÇÃO DE RECEITA -DO INSS INSTITUTO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIAL (REGIME GERAL Res. 754 DA RFB - RECEITA FEDERAL DO BRASIL AO TEMA Nº 163/2021, do STF (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL) DOS ULTIMOS 5 (CINCO) ANOS PAGOS INDEVIDANENTE.	R\$ 3.469.342,43	
03	1		PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AUDITORIA CONTÁBIL NA RECUPERAÇÃO DE RECEITA DO ISS- IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DAS ENTIDADES: CARTÓRIO E MPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL, conforme o TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 323.552,53	
04	1		PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AUDITORIA CONTÁBIL NA RECUPERAÇÃO DE RECEITA NA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETINA NA FONTE, RECEITA DETERMINADA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 22145/2023.	R\$ 2.423.563,87	
VALOR TOTAL ESTIMADO DE RECEITAS A SER				R\$ 6.485.662,03	



RECUPERADAS	
VALOR TOTAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	RS 1.232.275,79

CLÁUSULA QUINTA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da contratação, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraladas, integram este CONTRATO os documentos do **EDITAL DE PREGÃO N.º 005/2024**, a **Ata de Registros de Preços nº 025/2024** constantes do **Processo Administrativo Licitatório nº 035/2024**, e, em especial a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da **CONTRATADA**.

Parágrafo único – A execução deste CONTRATO será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraladas, especialmente a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

A contratação será custeada com os recursos decorrentes da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho: 2.017-Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros

Fonte: 501 (RP)

Código Reduzido: 369

CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Pela prestação dos serviços do objeto deste CONTRATO, A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **RS 1.232.275,79 (um milhão duzentos e trinta e dois mil duzentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos)** referente aos valores recuperados constantes do ANEXO I conforme acima descritos:

O pagamento do valor agregado conforme item 1 será efetuado pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA** no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após o registro das compensações nos cofres públicos do município e do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta - corrente por ela indicada.

Em nenhuma hipótese o município de ACRELÂNDIA/AC, pagará a contratada antes dos valores registrados nos cofres públicos.

§ 1º – Eventuais despesas judiciais e administrativas necessárias para a execução do objeto previsto na cláusula primeira deste contrato (tais como custas processuais, emolumentos, taxas, etc.) serão suportadas pela **CONTRATADA**.

Tais despesas só ocorrerão nos casos da **CONTRATANTE** optar pela via judicial ou na hipótese de uma defesa judicial dos créditos utilizados.

Parágrafo Único – Demais despesas incorridas para o acompanhamento e suporte dos trabalhos, tais como as relativas à quilometragem, viagens, estadia, estacionamento, cópias, telefones, refeição e hora técnica, correrão por conta da **CONTRATADA**.

§2º. Os valores devidos pela Contratante pelos serviços contratados serão pagos mediante apresentação nota fiscal e liquidação da despesa, de forma parcelada, conforme a necessidade da Contratante, mediante apresentação dos comprovantes de regularidades perante o INSS e FGTS, podendo essas regularidades ser confirmadas por via eletrônica pela contratante.

§ 3º Em caso de irregularidade(s) no item do objeto entregue e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.

CLAUSULA OITAVA - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:

8.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade do Contratado, a prestação dos serviços será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através da Servidora **Thais Ranielle de Souza Belmonte Alves Menezes** nomeada “fiscal do contrato” Através da Portaria 186/2024, e a suplente; **Jessiane Brandão Bezerra**, em conformidade com o art. 75 da Lei nº 14.133/2021, tendo como atribuições mínimas:

8.1.1 Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;

8.1.2 Atestar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução do objeto para fins de pagamento, bem como apresentação de relatório de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto que será contratado;

8.1.3 Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;



8.1.4 Requerer com antecedência mínima de 30(trinta) dias ao setor competente, as promoções e aditivos, se necessário e devidamente justificado

8.1.5 Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;

8.1.6 Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital da licitação e seus anexos;

8.1.7 Recusar serviço irregular, diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos;

8.1.8 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.9 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços de fornecimento dos produtos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 75 da Lei nº 14.133/2021;

6.1 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.2 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, de 2021;

6.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE EXECUÇÃO.

9.1 Executar o contratado obedecendo às especificações discriminadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, de acordo com as documentações fornecida pela Secretaria demandante;

9.2 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

9.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.4 Cumprimento das Cláusulas Contratuais: As partes devem cumprir rigorosamente as cláusulas estabelecidas no contrato, incluindo prazos, condições de pagamento, escopo do serviço, padrões de qualidade e demais disposições acordadas.

9.5 Garantir a qualidade dos serviços prestados, por meio de avaliações periódicas,

9.6 Quanto aos serviços prestados do objeto deste contrato, que se cumpra os prazos estabelecidos no Edital e Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

10.1 Todas as despesas inerentes direta ou indiretamente à prestação dos serviços, tais como: fornecimento dos materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, transporte de pessoal e materiais, as despesas com encargos sociais e trabalhistas, impostos, licenças, emolumentos fiscais e outras despesas, inclusive lucros, além de outros não citados, necessários à perfeita execução dos serviços contratados, será de total responsabilidade da contratada;

10.2 Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações técnicas de cada item, com fiel observância aos critérios de qualidade e validade, bem como dentro do prazo estabelecido.

10.2.1 Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à prestação dos serviços, será de total responsabilidade da detentora da ATA e/ou CONTRATADA;

10.2.2 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE

10.2.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2.4 O Município de Acrelândia através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças adotará o seguinte critério de procedimento durante a vigência da Ata de Registro de Preços:

a) Emitirá Ordem de Serviços para o início dos trabalhos e/ou serviços solicitados.

b) Cópia da Ordem de Serviços será remetida ao Setor requisitante para acompanhar a execução dos produtos e/ou serviços dentro dos prazos contratados.

[Handwritten signature]



c) O Setor requisitante emitirá a certificação de aceite dos serviços prestados. Este aceite será parte do ajuste a ser feito quando do pagamento da fatura.

d) Caso ocorram irregularidades na prestação dos serviços, serão adotados os seguintes procedimentos:

d.1). Caso ocorram 5 (cinco) irregularidades durante a vigência da Ata e/ou Contrato, o Município notificará a contratada sobre os fatos decorrentes e apontado pelo fiscal do contrato ou pela Secretaria requisitante.

d.2). Tendo sido notificada e a contratada incorrer novamente no descumprimento das cláusulas listadas, imediatamente será cancelado o registro de preços, sendo adotadas as medidas listadas nos itens descritos no Item XX do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL.

11.1 O prazo de vigência do presente contrato de prestação de serviços será até 12/11/2025, podendo ser prorrogado na forma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

12.1 A CONTRATADA responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, devendo entregar os objetos deste CONTRATO de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.

§ 1º. Fica a CONTRATADA responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à execução do objeto deste CONTRATO, inclusive despesas com materiais, transportes,

frete, mão de obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.

§ 2º. Deve a CONTRATADA manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Cumprir todas as obrigações de execução dos serviços descritas no Edital e Termo de Referência – Anexo I do Edital, que passa a fazer parte deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

13.1 A CONTRATANTE obriga-se a empenhar, para o cumprimento do Contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento, observados as previsões estabelecidas, e pagar a(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), nos termos da Cláusula Quarta.

Cumprir todas as obrigações de execução dos serviços descritas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, que passa a fazer parte deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

14.1 Este contrato poderá ser alterado nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento.

Parágrafo único – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes ultrapassar o limite indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS.

15.1 O descumprimento do prazo de entrega sujeitará a contratada às seguintes sanções, sem prejuízo das previstas no Edital de Pregão Presencial Por Registro de Preços do qual se originou a Ata de Registro de Preços, a qual faz parte integrante do presente Contrato:

a) Multa de 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) do valor de cada pedido, a cada dia de atraso, contados do estabelecido no Edital de Pregão, até o limite de 10% (dez por cento) de cada fornecimento.

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento e rescisão do presente contrato, sem prejuízo do cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

c) Impedimento de contrato com a Prefeitura Municipal de Acrelândia pelo período até 5 (cinco) anos, caso a rescisão decorra de qualquer das situações previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo único: A CONTRATADA também é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente termo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO CONTRATUAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA/AC
Rua: Avenida Governador Edmundo Pinto, nº. 810 - Centro
Fone/Fax: (68) 3235-1172
CEP: 69.945-000 - Acrelândia- Estado do Acre
CNPJ: 84.366.737/0001-27
Email: cplacrelandia@gmail.com



16.1 A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único - Na hipótese de rescisão, a CONTRATANTE poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que a advierem do rompimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO.

17.1 Competente ao foro da Comarca de Acrelândia, Estado do Acre com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste CONTRATO.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este CONTRATO em 02 (Duas) vias de igual teor, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

18.1 Qualquer omissão referente ao teor deste Contrato deverá ser suprida de acordo com o Lei Municipal nº 864/2023 e a Lei Federal 14.133/2021.

Acrelândia - AC, 12 de novembro de 2024

Olavo Francelino de Rezende
Prefeito Municipal de Acrelândia

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA
CNPJ: 84.366.737/0001-27
Olavo Francelino de Rezende
CONTRATANTE

Luciana de Oliveira
Secretária de ADM e Finanças
12/11/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
Luciana de Oliveira
Decreto 155/2023
CONTRATANTE

META TECNOLOGIA
TRIBUTARIA

LTDA:01995108000124

META TECNOLOGIA TRIBUTARIA.

CNPJ: 01.995.108/0001-24

Djully Steffany Ferreira

CPF nº 022.367.971-25

CONTRATADA

Assinado de forma digital por
META TECNOLOGIA TRIBUTARIA
LTDA:01995108000124

Dados: 2024.11.13 11:31:18 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS

MEMORANDO

DA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS	DATA: 11/11/2024	MEM. N° 683/2024
PARA: OLAVO FRANCELINO DE REZENDE		
ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE CONTRATO		
<p>Senhor Prefeito,</p> <p>Solicitamos a Vossa Excelência, autorização para proceder a contratação da empresa, META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELI, inscrita no CNPJ:01.995.108.000-24 representada neste ato pelo Sra. Djully Stefanny Ferreira, Ata de Registro N°025/2024 Pregão Presencial n°005/2024, referente aos serviços de auditoria no faturamento e recuperação de crédito de INSS REGIME GERAL, das contas de Energia Elétrica, ISS de empresas Optantes do Simples Nacional e outras, para atender as necessidades da Secretaria de Administração e Finanças.</p> <p>PROGRAMA DE TRABALHO: 2.017- Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39- Serviços de Terceiros FONTE:501 COD: 374</p> <p><i>Luciana de Oliveira</i> Secretária de ADM e Finanças Decreto Nº 155/2023 LUCIANA DE OLIVEIRA Secretaria de Administração e Finanças e Finanças Decreto de nº155/2023</p>		
POR:		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA/AC
Rua: Avenida Governador Edmundo Pinto, nº. 810 – Centro
Fone/Fax: (68) 3235-1172
CEP: 69.945-000 – Acrelândia- Estado do Acre
CNPJ: 84.306.737/0001-27
Email: cplacrelandia@gmail.com



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2024.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2024 – SEMAF/PMA

Aos dias, oito dias do mês de novembro de dois mil e quatro, o MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA/AC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.306.737/0001-27, com sede Avenida Governador Edmundo Pinto nº 810 – Centro – CEP nº: 69.945.970 – Acrelândia-Acre, neste ato representado por seu representante legal Prefeito Municipal, o Sr. Olavo Francelino de Rezende, portador do RG 030141A SEPC/AC, CPF/MF: 461.088.741-04, doravante denominado de **ÓRGÃO GERENCIADOR**

META TECNOLOGIA TRIBUTARIA EIRELI, inscrita no CNPJ: 01.995.108.0001-24, Inscrição Estadual n. 47506603, com sede na Avenida Portugal, nº 1.148, Qd. 29 Lt. IE, Sala B 3404 Edifício Orion Business - Setor Marista Goiânia – Goiás CEP: 74.150-030, Avenida Portugal, nº 1.148, Qd. 29 Lt. IE, Sala B 3404 Edifício Orion Business - Setor Marista Goiânia – Goiás CEP: 74.150-030, E-mail: comercial@metatributaria.com.br, neste ato representada pela Proprietária Administrativa DJULLY STEFFANNY FERREIRA, portador da Carteira de Identidade nº 6515228, inscrita no CPF nº 022.367.971-25, brasileira, solteira, empresária, com endereço na Rua Humita, Ap Ecovilágio, Torre 01, Ap 1701, Bairro São Francisco, CEP: 74.455-227, Goiânia/GO, Telefone: (62) 9.9904-0455, doravante denominado **Detentora da Ata de Registro de Preço**.

As partes acima elencadas RESOLVEM, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL acima referenciado, cujo objeto é O Registro de preços para eventual Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em auditoria no faturamento e recuperação de crédito de INSS REGIME GERAL, das contas de Energia Elétrica, ISS de Empresas Optantes do Simples Nacional e outras, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças-SEMAF, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, parte integrante do presente Edital e PREÇOS REGISTRADOS das respectivas propostas apresentadas, classificadas, aceitas/negociadas no certame do Pregão Presencial nº 005/2024 realizado em 11/10/2024, conforme ata de sessão, conforme as Cláusulas e condições que seguem:

DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente Ata de Registro de Preços decorre de Adjudicação do Pregão Presencial nº 005/2024 acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação publicado no diário oficial do estado no dia 08 de novembro de 2024, Edição nº 13.900 Fls 143, do qual passa a fazer parte integrante esta Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Objeto desta Ata é o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em auditoria no faturamento e recuperação de crédito de INSS REGIME GERAL, das contas de Energia Elétrica, ISS de Empresas Optantes do Simples Nacional e outras, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças-SEMAF. O Município e suas secretarias não se obrigam a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

2.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2.1. A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Presencial nº 005/2024, terá seu extrato publicado no site oficial do município, assim como a sua íntegra, após assinada e homologada, será disponibilizada no Diário Oficial do Estado.

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

2.4. Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão



inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores/prestadores de serviços registrados para negociar o novo valor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO

- 3.1. Executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas no Anexo - I do Termo de Referência, de acordo com as Ordens de Fornecimentos expedidas pela Secretaria Demandante.
- 3.2. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou ainda a terceiros, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE.
- 3.3. Manter, durante toda a vigência da ata de registro de preço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 3.4. A não execução do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Primeira desta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei Municipal nº 864/2023 e a Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento das faturas à(s) licitante(s) vencedora(s) será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal referente aos serviços executados, mediante a apresentação da Nota Fiscal que será conferida e atestada por responsável da Administração, juntamente com as Ordens de Serviços emitidas, devidamente assinada por servidor identificado e autorizado para tal, desde que, no ato do recebimento dos serviços seja atendida todas as especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta Ata de Registro de Preço.
- 4.2. O prazo para a efetivação do pagamento referente ao(s) serviço(s) solicitado e devidamente executados será de até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal, acompanhada da(s) respectiva(s) Ordem de Serviços e demais documentação necessária, de acordo com o Termo de Referência, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Detentora da Ata.
- 4.3. Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 4.4. A Nota Fiscal/Fatura emitida pela fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Processo Licitatório, nº 005/2024 do Pregão, nº 035/2024 da Ata de Registro de Preços e da Ordem de Serviço, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- 4.5. Os preços registrados são os seguintes itens:

ITEM	QT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	Percentual de Desconto Estimado/ Taxa Adm
01	1	Sv	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUDITORIA NO FATURAMENTO DAS CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA, COM OLEVANTAMENTO DE DADOS, VERIFICAÇÃO DAS TARIFAS APLICADAS A CADA UNIDADE CONSUMIDORA DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA/AC, DENTRO DO PERÍODO DE PRESCRIÇÃO, FORMATAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS PARACÁLCULOS PERICIAIS, ANÁLISE ECONÔMICA, NA FISCALIZAÇÃO DAMANUTENÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA JUNTO À CONCESSIONÁRIA.	R\$ 269.203,20	19%
02	1	sv	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AUDITORIA CONTÁBIL RECUPERAÇÃO DE RECEITA -DO INSS INSTITUTO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIAL (REGIME GERAL	R\$ 3.469.342,43	



		Res. 754 DA RFB - RECEITA FEDERAL DO BRASIL AO TEMA Nº 163/2021, do STF (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL) DOS ÚLTIMOS 5 (CINCO) ANOS PAGOS INDEVIDAMENTE.	
03	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AUDITORIA CONTÁBIL NA RECUPERAÇÃO DE RECEITA DO ISS-IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DAS ENTIDADES: CARTÓRIO E EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL, conforme o TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 323.552,53
04	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AUDITORIA CONTÁBIL NA RECUPERAÇÃO DE RECEITA NA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETINA NA FONTE. RECEITA DETERMINADA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 22145/2023.	R\$ 2.423.563,87
TOTAL			R\$ 6.485.662,03
VALOR TOTAL ESTIMADO DAS RECUPERAÇÕES DAS RECEITAS A SEREM PAGOS A EMPRESA GANHADORA			R\$ 1.232.275,79

Informar o valor do percentual de desconto por extenso em 19% (dezenove por cento), equivalente ao valor de R\$ 1.232.275,79 (um milhão duzentos e trinta e dois mil duzentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos), com a validade da proposta de 60 (sessenta) dias.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

5.2. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irredutíveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Detentor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na legislação.

5.3. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

5.4. Quando o valor registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4.1. Os fornecedores/prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus valores aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores de serviços que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Se ocorrer de o preço de mercado tornar-se inferior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de execução, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o valor registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer sanção prevista no art. 156º incisos I ao IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de

①



registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido.

5.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou
- b) A pedido do fornecedor.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS

6.1. Nos valores registrados quanto aos serviços a serem executados, incluem-se todos e quaisquer materiais, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

7.1. As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignadas no Orçamento do Município, será discriminada nos contratos oriundos deste processo administrativo.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, são obrigações:

8.2. Da Fornecedor/Beneficiária:

- a) Executar com pontualidade os serviços solicitados conforme solicitação/requisição emitida pelo Município, devidamente assinada por servidor competente para tal;
- b) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração do Município, através da Fiscalização, qualquer anomalia verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Atender com prontidão às reclamações por parte do receptor dos serviços, objeto da presente Ata;
- d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;
- e) Comunicar ao município modificação em seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante nesta Ata;
- f) Cumprir todas as obrigações de execução dos serviços descritas no Termo de Referência, que passa a fazer parte desta Ata de Registro de Preço.

8.2.1. Todos os materiais, mão de obra, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução serão de exclusiva responsabilidade da empresa Fornecedor.

8.2.2. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

8.3. Do Órgão Gerenciador e as Secretarias Municipais:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedor/Detentora desde que não haja impedimento legal para o fato;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- c) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedor/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento desta Ata;
- d) Notificar a Fornecedor/Detentora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- e) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- f) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preço;
- g) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
- h) Emitir requisição dos serviços a serem executados.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

9.1.1. Pela Administração independentemente de interposição judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando

- a) A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b) A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c) A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;



- d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e) Não aceitar reduzir seu valor registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;
- f) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
- g) No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Detentora;
- h) Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;

9.1.2. Pela Detentora quando:

- a) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;

9.1.3. A solicitação da Detentora para cancelamento do valor registrado deverá ocorrer antes do pedido de execução dos serviços pelo Município.

9.2. A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.

9.3. Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

9.4. Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

9.5. A comunicação do cancelamento do valor registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

9.6. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer Órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.2. Os órgãos que não participaram do Certame, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas como órgão gerenciador.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo do valor do registro de preços para o Órgão Gerenciador, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o Município e suas secretarias poderão sujeitar a Detentora/Contratada às penalidades previstas na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.1.1. A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

D



PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA/AC
Rua: Avenida Governador Edmundo Pinto, nº. 810 – Centro
Fone/Fax: (68) 3235-1173
CEP: 69.945-000 – Acrelândia – Estado do Acre
CNPJ: 04.306.737/0001-27
Email: cp@acrelandia.ac.gov.br



11.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1. O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços será o MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

12.2. São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

- Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
- Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
- Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os materiais a outro(s) órgão da Administração Pública que externar intenção de utilizar a presente Ata.
- Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos produtos/serviços, através de Servidor designado para tal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Rege-se a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissa, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas pelo no Edital do Pregão Presencial do qual ela se originou.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Acrelândia/AC com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2. Justos e acordados firmam o presente, em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Olavo Francisco de Rezende
Prefeito Municipal de Acrelândia/AC
OLAVO FRANCISCO DE REZENDE
Prefeito de Acrelândia/AC
Gestor da Ata

META TECNOLOGIA
TRIBUTARIA

LTDA:01995108000124

META TECNOLOGIA TRIBUTARIA EIRELI

CNPJ: 01.995.108/0001-24.

Djalvi Saffrony Ferreira

CPF nº 022.867.971-23

Dentora da Ata

Apostado de forma digital por
META TECNOLOGIA TRIBUTARIA
LTDA:01995108000124

Data: 2024/11/08 13:58:02 -0300

Testemunhas:

NOME:
CPF/MF nº:

NOME:
CPF/MF nº:

integradas voltadas à ampliação e qualificação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como:

- I - realizar diagnósticos de demanda e definição de ações prioritárias para ampliação e aprimoramento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- II - planejar ações para a gradativa implantação e ampliação da cobertura;
- III - priorização do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora nos instrumentos de planejamento e orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e, no que couber, do Poder Judiciário e do Ministério Público e nos planos de aplicação dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), conforme previsão do art. 260, § 2º, do ECA e do art. 15, II, da Resolução Conanda nº 137/2010;
- IV - ampliação nas diferentes esferas, do cofinanciamento para a implantação e manutenção do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, com a destinação de maior montante para essa modalidade de acolhimento, bem como para o estímulo da transição do modelo institucional para o familiar, nos termos do inciso IV;
- V - atuação conjunta para sensibilização e ampliação do conhecimento dos atores do Sistema de Garantia de Direitos em relação ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, contemplando seu funcionamento e importância para a proteção integral do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes durante o acolhimento;
- VI - desenvolvimento de ações conjuntas de comunicação e campanhas unificadas, direcionadas à comunidade para divulgação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e mobilização de famílias interessadas em acolher, ressaltando-se a importância do envolvimento órgão gestor da Assistência Social, do Poder Judiciário e do Ministério Público nessa divulgação;
- VII - oferta qualificada de formação inicial e de educação permanente para os atores envolvidos na implementação e oferta do Serviço, especialmente à equipe do órgão gestor da Assistência Social e do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, aos integrantes do Ministério Público, do Poder Judiciário e outros atores do Sistema de Garantia de Direitos; e
- VIII - estruturação da formação inicial e continuada e de acompanhamento sistemático das famílias acolhedoras, em consonância com as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Conanda e CNAS, 2009) e o Guia de Acolhimento Familiar (Coalização pelo Acolhimento Familiar, 2022).

Art. 3º O Grupo de Trabalho Interselorial para a ampliação e qualificação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é composto pelos seguintes órgãos e entidades da sociedade civil, conforme preconiza a Recomendação Conjunta nº 2, de 17 de janeiro 2024:

- 1- Secretaria Municipal de Assistência Social SMAS
- 2- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
- 3- Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS
- 4- Ministério Público do Estado do Acre - MP
- 5- Tribunal de Justiça do Acre - TJ
- 6- Conselho Tutelar - CT

Registre-se,
Publique-se.

Olavo Francoelino de Rezende
Prefeito de Acrelândia

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2024

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2024 – SEMAF/PMA

Aos dias, oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, o MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA/AC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 84.306.737/0001-27, com sede Avenida Governador Edmundo Pinto nº 810 – Centro – CEP nº: 69.945.970 – Acrelândia-Acre; neste ato representado por seu representante legal Prefeito Municipal, o Sr. Olavo Francoelino de Rezende, portador do RG 030141A SEPC/AC, CPF/ME: 461.088.741-04, doravante denominado de **ÓRGÃO GERENCIADOR**

META TECNOLOGIA TRIBUTARIA EIRELI, inscrita no CNPJ: 01.965.108.0001-24, Inscrição Estadual n. 47606603, com sede na Avenida Portugal, nº 1.148, Qd. 29 Lt. IE, Sala B 3404 Edifício Orion Business – Setor Marista Goiânia – Goiás CEP: 74.150-030, Avenida Portugal, nº 1.148, Qd. 29 Lt. IE, Sala B 3404 Edifício Orion Business – Setor Marista Goiânia – Goiás CEP: 74.150-030, E-mail: comercial@metatributaria.com.br, neste ato representada pela Proprietária Administrativa DULLEY STEFFANNY FERREIRA, portador da Carteira de Identidade nº 6515228, inscrita no CPF nº 022.367.971-25, brasileira, solteira, empresária, com endereço na Rua Humita, Ap Ecovilágio, Torre 01, Ap 1701, Bairro São Francisco, CEP: 74.455-227, Goiânia/GO, Telefone: (62) 9.9904-0455, doravante denominado Detentora da Ata de Registro de Preço;

As partes acima elencadas RESOLVEM, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL acima referenciado, cujo objeto é O Registro de preços para eventual Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em auditoria no faturamento e recuperação de crédito de INSS REGIME GERAL, das contas de Energia Elétrica, ISS de Empresas Optantes do Simples Nacional e outras, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças-SEMAF, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, parte integrante do presente Edital e PREÇOS REGISTRADOS das respectivas propostas apresentadas, classificadas, aceitas/negociadas no certame do Pregão Presencial nº 005/2024 realizado em 11/10/2024, conforme ata de sessão, conforme as Cláusulas e condições que seguem:

DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente Ata de Registro de Preços decorre da Adjudicação do Pregão Presencial nº 005/2024 acima referenciado, na forma da Lei Geral de Licitações n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Termo de Homologação publicado no diário oficial do estado no dia 08 de novembro de 2024. Edição nº 13.900 Fls. 143, do qual passa a fazer parte integrante esta Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Objeto desta Ata é o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em auditoria no faturamento e recuperação de crédito de INSS REGIME GERAL, das contas de Energia Elétrica, ISS de Empresas Optantes do Simples Nacional e outras, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças-SEMAF. O Município e suas secretarias não se obrigam a contratar a quantidade total ou parcial do objeto adjudicado constante do Edital e da Ata de Registro de Preços;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cópia de identidade.

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021;

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento das faturas à(s) licitante(s) vencedora(s) será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal referente aos serviços executados, mediante a apresentação da Nota Fiscal que será conferida e atestada por responsável da Administração, juntamente com as Ordens de Serviços emitidas, devidamente assinada por servidor identificado e autorizado para tal, desde que, no ato do recebimento dos serviços seja atendida todas as especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta Ata de Registro de Preço;

O prazo para a efetivação do pagamento referente ao(s) serviço(s) solicitado e devidamente executados será de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, acompanhada da(s) respectiva(s) Ordem de Serviços e demais documentação necessária, de acordo com o Termo de Referência, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Detentora da Ata;

Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

A Nota Fiscal/Fatura emitida pela fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Processo Licitatório, nº 005/2024 do Pregão, nº 035/2024 da Ata de Registro de Preços e da Ordem de Serviço, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

Os preços registrados são os seguintes Rens:

ITEM	QT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITÁRIO	Percentual de Desconto Estimado/ Taxa Adm
01	1	Sv	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUDITORIA NO FATURAMENTO DAS CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA, COM OLEVANTAMENTO DE DADOS, VERIFICAÇÃO DAS TARIFAS APLICADAS A CADA UNIDADE CONSUMIDORA DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA/AC, DENTRO DO PERÍODO DE PRESCRIÇÃO, FORMATAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS PARA CÁLCULOS PERICIAIS, ANÁLISE ECONÔMICA, NA FISCALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA JUNTO A CONCESSIONÁRIA.	R\$ 269.203,20	
02	1	Sv	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AUDITORIA CONTÁBIL RECUPERAÇÃO DE RECEITA -DO INSS INSTITUTO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIAL (REGIME GERAL Rels. 754 DA RFB - RECEITA FEDERAL DO BRASIL AO TEMA Nº 163/2021, do STF (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL) DOS ÚLTIMOS 5 (CINCO) ANOS PAGOS INDEVIDAMENTE.	R\$ 3.488.342,43	10%
03	1		PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AUDITORIA CONTÁBIL NA RECUPERAÇÃO DE RECEITA DO ISS- IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DAS ENTIDADES: CARTÓRIO E EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL, conforme o TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 323.552,53	
04	1		PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AUDITORIA CONTÁBIL NA RECUPERAÇÃO DE RECEITA NA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETINHA NA FONTE: RECEITA DETERMINADA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 27145/2023.	R\$ 2.423.563,87	
TOTAL					R\$ 6.485.662,03
VALOR TOTAL ESTIMADO DAS RECUPERAÇÕES DAS RECEITAS A SEREM PAGOS A EMPRESA GANHADORA.					R\$ 1.232.275,79

Informar o valor do percentual de desconto por extenso em 10% (dez por cento), equivalente ao valor de R\$ 1.232.275,79 (um milhão duzentos e trinta e dois mil duzentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos), com a validade da proposta de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignadas no Orçamento do Município, será discriminada nos contratos oriundos deste processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Acrelândia/AC com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Justos e acordados firmam o presente, em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Acrelândia/AC, 08 de novembro de 2024.

OLAVO FRANCELINO DE REZENDE
Prefeito de Acrelândia/AC.
Gestor da Ata
META TECNOLOGIA TRIBUTARIA EIRELI
CNPJ: 01.995.108/0001-25
Dulcy Steffanny Ferreira
CPF nº 022.367.971-25
Detentora da Ata

ASSIS BRASIL

DECRETO Nº 246/2024/GAPRE Assis Brasil - Acre, 01 de novembro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ASSIS BRASIL- ESTADO DO ACRE, NO USO das suas atribuições legais previstas e, em conformidade com o Art. 40, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

DECRETO:

Art. 1º - EXONERAR o senhor ELESSANDRO ARAÚJO DE BITIATO, do cargo comissionado "CC3" de Gerente de Captação de Recursos da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

E CUMPRA-SE.

Jerry Correia Marinho
Prefeito Municipal de Assis Brasil

BRASILEIA

ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILEIA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 204/2023

PROCESSO Nº 090/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2023

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como objeto a alteração do inciso I da CLÁUSULA PRIMEIRA e os valores mencionados na CLÁUSULA SÉTIMA – DA REMUNERAÇÃO AO CONTRATANTE, do Contrato Nº 204/2023 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E OUTRAS AVENÇAS – firmado em 15/02/2024, aditivado em 26/03/2024.

DAS ALTERAÇÕES: O Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira do Contrato Nº 204/2023 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E OUTRAS AVENÇAS passa a ter a seguinte redação: I – Folha de Pagamento: processamento de 100% (Cem por cento) dos créditos provenientes da folha de pagamento do CONTRATANTE, representados, na data da celebração deste contrato, por 910 servidores, abrangendo os servidores ativos, inativos e pensionistas, lançados em contas salário individuais na CAIXA, além de créditos em favor de estagiários ou qualquer outra pessoa que mantenha ou venha a manter vínculo de re-



ESTADO DO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACRELÂNDIA

DESPACHO DE DOCUMENTOS

DO: GABINETE DO PREFEITO

INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: Autorização para contrato com a empresa META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELI, conforme solicitado por meio do expediente/ADM/Nº683/2024.

1. Autorizo o procedimento;
2. Encaminhe-se para CPL, para devidas providências;

Acrelândia-Acre, 11 de novembro de 2024.

Olavo Francelino de Rezende
Prefeito Municipal de Acrelândia

OLAVO FRANCELINO DE REZENDE
Prefeito